

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1016130-77.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Levantamento de Valor**  
 Exequente: **Cristiani Marques**  
 Executado: **'Banco do Brasil S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença intentado por **CRISTIANI MARQUES** em face de **BANCO DO BRASIL S/A** (sucessor de Nossa Caixa S/A). Preliminarmente, requereu o benefício da justiça gratuita ou, subsidiariamente, o diferimento das custas ao final do processo e a inversão do ônus probatório. No mérito, requereu o pagamento dos valores oriundos da reposição do expurgos inflacionários em relação à conta poupança de nº 14.005.662-3 (fl. 20), referentes ao Plano Verão.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 16/47.

Deferido o diferimento das custas ao final do processo (fl. 48).

Citado (fl. 53), o banco ofertou impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 54/74) e realizou o depósito do valor cobrado (fl. 90). Juntou documentos às fls. 75/89.

Manifestação sobre a impugnação às fls. 94/100.

Foi determinada a suspensão do feito (fl. 101), por força da r. Decisão proferida nos autos do REsp n. 1.438.263 – SP.

Certificada a desafetação dos REsp n.ºs. 1.361.799 e 1.438.263 e cancelamento dos Temas 947 e 948, do STJ, procedendo-se ao levantamento da suspensão do feito (fl. 103).

Instada a comprovar a inexistência de outras ações visando o recebimento do mesmo crédito (fl. 104), a exequente se manifestou às fls. 108/109 e trouxe documentos às fls. 110/111.

Feito saneado às fls. 112/113.

Agravo de Instrumento interposto pelo banco executado (fls. 131/132) contra a decisão de fls. 112/113, improvido (fls. 139/156).

Cálculo de liquidação às fls. 119/124.

Manifestações sobre o laudo às fls. 128/129 e 130, pela exequente e executado,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

respectivamente.

**É o relatório.**  
**Decido.**

Pois bem. Discute-se o valor do crédito sobre o qual se desdobra a execução judicial, sendo que já foram estipulados os exatos parâmetros a serem obedecidos para a elaboração do cálculo para apuração dos valores devidos na decisão fls. 112/113.

Adveio laudo do contador judicial às fls. 119/124, adstrito aos exatos termos do título exequendo e das decisões proferidas nos autos.

A exequente demonstrou total concordância com o valor apurado (fls. 128/129), e o executado discordou (fl. 130). Em que pese a manifestação do banco, não há qualquer motivo para desabonar o trabalho do contador que, conforme já mencionado, realizou o cálculo à contento, observando a determinação judicial que, aliás, restou mantida pelo E. Tribunal de Justiça, e apurou como saldo devedor o valor de **R\$ 5.858,33**.

Incabível o acréscimo de valores a título de honorários advocatícios. Entendo que a condenação em honorários advocatícios, na ação principal, coletiva, não recai sobre os cumprimentos de sentenças individuais. Ademais, a teor da Súmula 519, do STJ "na hipótese de rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, não são cabíveis honorários advocatícios".

Dessa forma, **HOMOLOGO O CÁLCULO** elaborado pelo *expert* às fls. 119/124, que apurou em **R\$ 5.858,33** o montante devido pelo executado à exequente e **REJEITO A IMPUGNAÇÃO**.

Considerando que há depositado nos autos valor suficiente para a satisfação da obrigação pretendida, **JULGO EXTINTO** o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do NCPC.

Com o trânsito em julgado desta sentença **expeça-se mandado de levantamento em favor da exequente**, referente ao depósito efetuado em juízo à fl. 90, **no valor de R\$ 5.858,33**, com os devidos acréscimos legais.

O valor remanescente deverá ser liberado em favor do banco executado, ficando condicionado o levantamento do valor, ao recolhimento das custas e despesas processuais, diferidas e das custas finais, nos termos do art. 4º, inciso III, da Lei Estadual nº 11.608/2003.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa e archive-se definitivamente.

**P.I.**

São Carlos, 27 de novembro de 2018.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**